

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal (PA) Class.: 47

Data: 01/06/80 Pg.: _____

Gaviões ainda não aceitam linhas de Tucuruí na reserva

Lucio Flavio Pinto

Funai e Eletronorte não conseguiram chegar a um acordo com os índios Gavião para que uma linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí, na direção de Marabá a Imperatriz, atravessasse a reserva "Mãe Maria". No encontro mantido na sexta-feira, na própria área, com os presidentes da Funai e da Eletronorte, coroneis Nobre da Veiga e Raul Garcia Llano, os índios reafirmaram sua disposição de só admitir a penetração da linha em suas terras se a Eletronorte pagar-lhes uma indenização no valor de 83 milhões de cruzeiros.

Llano manteve, como contra-proposta, 30 milhões de cruzeiros (ou 36 milhões, conforme as duas quantias a que se referiu). O encontro terminou em impasse, causando a irritação dos índios, que praticamente obrigaram os dois dirigentes a se retirarem. Mas na próxima semana eles estarão de volta para cobrar, pela última vez, a definição da comunidade indígena. Se permanecerem as divergências, o Governo Federal estaria disposto a desapropriar a área, intervindo nela para permitir a passagem da linha.

QUESTÃO DURA CINCO ANOS

A questão envolvendo os índios e a Eletronorte, com a mediação da Funai, começou há cinco anos, quando a empresa definiu no mapa o traçado de uma linha de transmissão que levará a energia da hidrelétrica de Tucuruí, atualmente em construção, para o Nordeste, permitindo também que a Chesf transfira energia de seu sistema para Belém até que a capital paraense possa ser suprida por Tucuruí, o que só acontecerá na metade desta década. Atualmente o consumo energético de Belém é atendido por usinas térmicas, que representam um gasto diário de óleo diesel equivalente a 17 mil dólares.

Quando a Eletronorte estabeleceu a passagem da linha no interior da reserva indígena, que fica a 30 quilômetros de Marabá, no sudeste do Pará, os Gaviões calcularam que 1.850 castanheiras, fonte de sua principal atividade econômica, seriam abatidas, além de outras madeiras de lei, numa extensão de 19 quilômetros por 150

metros de largura (ou 285 hectares) dentro da reserva, que tem 50 mil hectares. Pediram, então, uma indenização no valor de 3 milhões de cruzeiros.

Mas a Eletronorte evitou um entendimento direto com os Gaviões, sempre usando a Funai como intermediária. E a Funai nunca chegou a uma definição com os índios que foram elevando o valor da indenização até chegar aos 83 milhões de cruzeiros atuais. Os Gaviões acusaram a Funai e a Eletronorte de tentarem enganá-los, enquanto os dois órgãos sempre levantaram a suspeita de que a intransigência dos índios é motivada por antropólogos de São Paulo.

Hoje, para a linha ser concluída, faltam apenas os 19 quilômetros no interior da reserva indígena. Em abril os ministros das Minas e Energia e do Interior reuniram-se em Brasília e cobraram, da Funai, uma solução imediata para o impasse criado pela falta de um acordo com os índios. No início de maio o chefe da delegacia regional da Funai, Paulo Cesar de Abreu, acompanhado do advogado do órgão, esteve na aldeia dos Gaviões para tentar, segundo os índios, "sentir o ambiente", mas foi recebido com hostilidade. Os Gaviões só aceitariam a partir daí uma conversação direta com os presidentes da Funai e da Eletronorte.

Na sexta-feira os coroneis Veiga e Llano foram à aldeia e discutiram com os índios durante duas horas. Llano, sempre apoiado por Veiga, disse que a Eletronorte não poderia pagar a indenização solicitada pelos Gaviões, no valor de 83 milhões de cruzeiros (o cálculo foi realizado em cima do preço de cada hectolitro de castanha, na perspectiva de uma produção de 50 anos por cada árvore). Lembrou que a empresa havia indenizado as terras particulares já cortadas pela linha em outros locais a 1.300 cruzeiros por hectare e que, se adotasse o mesmo procedimento em relação à reserva indígena, pagaria apenas 3,7 milhões de cruzeiros. Mas a Eletronorte decidiu pagar três milhões de cruzeiros pelas madeiras de lei, 10 milhões pelas castanheiras e dar 17 milhões em bens, como trator, casa de farinha, caminhão, etc. Além disso, os índios poderiam vender as

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal (PA)

Class.: 47

Data: 01/06/80

Pg.: (cont.)

árvores derrubadas. No total, seriam 30 ou 36 milhões de cruzeiros, mas apenas uma parte em dinheiro. "A maior parte vai ser como auxílio social porque, perante a lei, nós não temos como pagar isso. Se formos falar que é indenização, os outros proprietários acionarão a Eletronorte pedindo a diferença", explicou Garcia Llano.

CRiado o Impasse

Os índios, porém, não abriram mão dos 83 milhões, aceitando 30 milhões em auxílio social e exigindo o restante em dinheiro, com o qual pretendem incrementar suas atividades econômicas (praticamente restrita à comercialização da castanha). Em último caso, queriam que a linha, ao invés de penetrar na reserva, a contornasse. Mas Llano retrucou que isso, agora é impossível, "pois, ao invés de 19 quilômetros, seriam 41".

Vendo que não conseguiriam o atendimento de sua reivindicação, os índios foram se irritando e passaram a acusar o presidente da Funai de não defendê-los, até que pediram aos dois dirigentes que se retirassem. Llano e Veiga disseram, então, que esperariam até o início da próxima semana e voltariam à área para cobrar uma nova resposta dos índios. Caso eles mantenham-se na mesma posição, o governo poderia usar o dispositivo do Estatuto do Índio que lhe permite intervir na área "para a realização de obras públicas que interessam ao desenvolvimento nacional". Nesse caso as terras seriam desapropriadas e os índios só receberiam 3,7 milhões de cruzeiros. Mas os índios disseram que se isso se concretizar responsabilizarão o governo "por tudo o que vier a ocorrer na área". Os Gaviões, que já embargaram um trabalho de topografia da Eletronorte e, no passado, já atacaram os invasores de suas terras, passariam a ver nas torres e nos que as construirão "seus inimigos, também". Admite-se que os índios sejam capazes de reagir contra a obra e os trabalhadores. O impasse, ao invés de ser solucionado, acabou assim agravando-se ainda mais.

Mas por culpa de quem? a Eletronorte, coadjuvada pela própria Funai, dirá que os índios estão sendo incitados por pessoas que combatem o regime e a obra, especialmente antropólogos da Universidade de São Paulo. O delegado da Funai, em seu relatório de viagem, já fizera referência explícita aos vínculos externos dos índios como causa de sua "intransigência".

Resta saber se intransigência maior não terá sido da Eletronorte, ajudada pela inabilidade, para não falar de incompetência ou coisa pior, da própria Funai. Há cinco anos os índios pediam uma indenização de três milhões de cruzeiros e, se a Eletronorte os tivesse atendido imediatamente, teria feito grande economia, se é isso o que mais a interessa.

A empresa, porém, preferiu tratar o problema com a mesma auto-suficiência (o tal "pragmatismo tecnocrático") com que encarou o aproveitamento da madeira do reservatório da hidrelétrica e a mesma obstinidade, adstrita aos prazos da obra energética em si, que a levou a desperdiçar a madeira derrubada ao longo de todo o restante da linha de transmissão. A Eletronorte parece ver como empecilho tudo o que se coloca à frente de seus prazos e à margem da usina, tendendo a solucionar esses problemas simplesmente passando por cima deles. O impasse na extração madeireira no reservatório e os conflitos na rodovia ligando a PA 150 a Tucuruí são exemplo desse tipo de posição.

QUESTÃO MAIS COMPLEXA

É evidente que os índios procuram tirar o maior benefício possível de uma obra que vai lhes causar, muito mais transtornos do que indica o raciocínio esquemático da Eletronorte. Se formos pensar como induz a empresa, realmente a questão é simples: serão desmatados 108 metros ao lado da PA-70, rodovia que corta a reserva, faixa essa que se juntará aos 14 metros da rodovia e aos 28 metros de sua ampliação futura. As árvores serão derrubadas e enfileiradas à disposição dos índios, que poderão vendê-las e ainda continuarão com o domínio da terra. Uma pequena parte será em dinheiro e a outra em "auxílio social".

Nada se fala a respeito do constante tráfego que deverá existir entre a PA-70 e a faixa da linha de transmissão, através de várias aberturas vicinais. Nem das implicações ecológicas que uma linha de transmissão de energia em alta tensão causa, especialmente à vida animal. E nem se pensa na própria perspectiva que os índios têm, a seu modo, do que representará para eles essa linha.

Talvez a solução mais justa, se houvesse equanimidade nas negociações (isto é, se elas não fossem definidas a partir da perspectiva do "branco" e especificamente do ângulo dos interesses da Eletronorte), seria contornar a reserva. A Eletronorte gastaria mais em consequência do espiçamento da linha, de 19 para 41 quilômetros, mas também evitaria todos os problemas. Agora essa solução realmente é difícil de ser adotada, mas quem a inviabilizou?

Agravado o impasse, cresce a perspectiva de uma decisão de força. Ela é legal porque o Estatuto do Índio a legitima. Mas esse exemplo demonstra cabalmente que o Estatuto, a lei regulamentadora das relações entre a nossa sociedade e a dos índios, permite todos os tipos de violações dos direitos indígenas ao abrir tantas e tão graves exceções no exercício desses direitos em favor dos interesses dos "brancos". Ao intervir na área o governo não

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Liberal (PA)

Class.: 47

Data: 01/06/80

Pg.: (Cont)

estaria praticando nenhum ato ilegal ou despropositado, mas efetivamente estaria cometendo uma injustiça. Esse tipo de solução, ademais, levaria a um inevitável confronto índios-governo que apenas prejudicaria os índios. É dever da Funai, como tutora institucional, proteger os índios e evitar que isso aconteça. Mas não é o que tem feito. Se a posição atual dos índios é frágil e sua argumentação padeça, aos olhos do governo, de contradições, não se pode esquecer que os Gaviões foram levados a essa posição pela intransigência e insensibilidade da Eletronorte e pelos constantes descréditos da Funai, que não cumpriu o prometido (o general Ismarth Oliveira, ex-presidente, chegou a comprometer-se, numa viagem à aldeia de Mãe Maria, a obter a aprovação da Eletronorte à proposta), e até foi acusada pelos índios de tentar enganá-los.

No Maranhão, onde 22 quilômetros de terras dos Guajajara foram atravessadas pela mesma linha, a CHESF teria pago imediatamente — não em dinheiro, mas em obras, pagamento que os índios questionam — 120 milhões de cruzeiros de indenização. A Eletronorte considerou excessivos os três milhões que os Gaviões lhe pediram há cinco anos.

A questão, porém, não pode ser reduzida a uma dimensão simplesmente monetária. É possível que a Eletronorte tenha raciocinado assim no princípio. E agora os índios estão cobrando dela um preço em dinheiro por esse erro. É uma contradição, mas não deixa de ter sua lógica. Espera-se que haja a mesma lógica nas negociações a fim de se evitar o agravamento da situação.